



**Associação dos Comerciantes
de Carnes
do Concelho de Lisboa e Outros**



ESTATUTOS

ESTATUTOS
DA
ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES
DE CARNES DO CONCELHO DE LISBOA
E OUTROS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E ÂMBITO

ARTIGO 1.º

Denominação e duração

É constituída, nos termos da lei, uma Associação de comerciantes sem fins lucrativos e de duração ilimitada, denominada Associação dos comerciantes de Carnes do Concelho de Lisboa e Outros, a qual se regerá pelas normas constantes destes Estatutos e pela legislação aplicável.

ARTIGO 2.º

Sede e âmbito

O âmbito da Associação abrange o concelho de Lisboa e outros concelhos e a sua sede é em Lisboa, podendo, todavia, criar delegações ou quaisquer formas de representação noutros locais no âmbito destes Estatutos.

ARTIGO 3.º

Objecto

A Associação tem por fim:

- a) Representar e defender os legítimos interesses de todos os comerciantes associados, seu prestígio e dignificação.
- b) Contribuir para o harmónico desenvolvimento do comércio e, consequentemente, da economia nacional.
- c) Colaborar com os organismos oficiais e outras entidades no estudo dos problemas relacionados com a produção a distribuição e a venda, no que se refere ao comércio de carnes.
- d) Promover um espírito de solidariedade e apoio recíproco entre os seus associados, com vista à manutenção de um clima de progresso e justiça social.
- e) Promover a criação de serviços de interesse comum para os associados.

f) Informar sobre as disposições legais e quaisquer outras normas regulamentares da actividade comercial dos associados ou de qualquer forma com ela relacionada e orientar a sua actuação no sentido do melhor cumprimento dessas mesmas disposições.

g) Contribuir para a elevação da cultura e desenvolvimento profissional dos seus associados por meio de palestras visitas de estudo, congressos e outros meios ao seu alcance.

h) Organizar e manter actualizado o cadastro das empresas e obter delas as informações necessárias ao funcionamento da Associação, nomeadamente no que respeita à contratação colectiva e demais relações de trabalho.

i) Promover a integração da Associação em organizações de grau superior, nacionais ou estrangeiras, com fins idênticos aos da Associação.

j) Desempenhar, em geral, quaisquer outras funções de interesse para as empresas associadas, desde que lhes venham a ser reconhecidas ou conferidas por lei.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 4.º

Sócios

1—Podem ser sócios da Associação todas as pessoas singulares ou colectivas de direito privado, titulares de uma empresa, que exerçam na área da sua jurisdição o comércio retalhista de carnes.

2—A pessoa colectiva (sociedade) será representada perante a Associação por um seu sócio gerente (em efectividade de exercício), um director ou administrador, indicado no acto da inscrição.

3—Quando a direcção da empresa é exercida por pessoa diferente do seu legal titular, àquela caberá assumir os deveres e exercer todos os direitos associativos, mediante uma autorização prévia, desta última, passada por escrito.

ARTIGO 5.º

Admissão

1—O candidato a sócio terá de preencher o boletim de admissão e fornecer os elementos no mesmo indicados, cabendo à Direcção apreciar o pedido de admissão.

O pedido deve conter a declaração de aceitação das normas constantes dos presentes Estatutos.

2—Em caso de recusa, o requerente pode apresentar o seu pedido de recurso na primeira Assembleia Geral que tiver lugar, após a decisão da Direcção, competindo a esta Assembleia decidir em última instância.

ARTIGO 6.º

Direitos dos Associados

São direitos dos Associados:

a) Elegar e ser eleito para os corpos gerentes ou para quaisquer comissões ou delegações que a Direcção da Associação considere necessárias.

b) Participar e convocar reuniões da Assembleia Geral, nos termos estatutários.

c) Utilizar e beneficiar dos serviços de apoio da Associação nas condições estabelecidas.

d) Apresentar as sugestões julgadas convenientes à realização dos fins estatutários.

e) Desistir da sua qualidade de sócio, desde que apresente, por escrito, o seu pedido de demissão.

ARTIGO 7.º

Deveres dos Associados

São deveres dos Associados:

a) Colaborar nos fins da Associação.

b) Desempenhar os cargos associativos para que foram eleitos ou designados, com zelo e dedicação.

c) Contribuir, pontualmente, com o pagamento da jóia de inscrição e da quota fixada;

d) Comparecer às assembleias gerais e reuniões para que forem convocados;

e) Cumprir as determinações emanadas dos órgãos associativos, bem como as disposições legais, regulamentares e estatutárias.

f) Prestar as informações e esclarecimentos e fornecer os elementos que lhe forem solicitados, para a boa realização dos fins sociais.

ARTIGO 8.º

Regime Disciplinar

1—Os associados que infringirem os deveres estabelecidos nos Estatutos ou nos regulamentos da Associação, ficam sujeitos, conforme a gravidade da falta, às seguintes penalidades:

a) Advertência.

b) Censura registada.

c) Multa até ao montante da quotização de um ano.

d) Suspensão até dois anos.

e) Irradiação.

2—A aplicação das penas previstas no número anterior é da competência da Direcção.

3 — Nenhuma penalidade poderá ser aplicada sem prévia audiência do associado visado, ao qual deverá ser dado conhecimento, por escrito, dos factos que constituem matéria de acusação.

4 — Para apresentação da sua defesa, o associado visado, terá um prazo de 15 dias.

5 — Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas c), d) e e) do número 1, cabe recurso para a Assembleia Geral no prazo de 30 dias, sem prejuízo de eventual recurso aos tribunais. O pedido de recurso será dirigido ao presidente da Assembleia Geral que promoverá a convocação da mesma no prazo de 15 dias após a recepção do pedido.

ARTIGO 9.º

Perda da qualidade de sócio

1 — Perdem a qualidade de sócios:

- a) Os que se demitirem.
- b) Os que deixarem de exercer a actividade representada pela Associação.
- c) Os que, tendo em débito mais de três meses de quotas, não as liquidarem nem o justificarem no prazo de 30 dias após terem sido notificados para o efeito, por carta registada com aviso de recepção.
- d) Os que forem irradiados nos termos do art.º 8.º.

2 — Os associados que desejarem desistir da sua qualidade de sócios deverão apresentar o seu pedido de demissão, por escrito, à Direcção e liquidar todas as suas obrigações perante a Associação, ficando obrigados ao pagamento da quotização referente aos três meses seguintes ao da respectiva comunicação.

3 — No caso da alínea e) do n.º 1, poderá a Direcção decidir a readmissão, uma vez liquidado o débito.

CAPÍTULO III

DA ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS, SUA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

SECÇÃO I

Das Eleições

ARTIGO 10.º

1 — Os membros dos órgãos associativos são eleitos por sufrágio directo de todos os sócios.

2 — Só podem eleger e ser eleitos os sócios no pleno gozo dos seus direitos sociais.

ARTIGO 11.º

1 — As eleições devem ser marcadas pela mesa da Assembleia Geral com um mínimo de 30 dias de antecedência, por aviso directo aos sócios.

2 — A apresentação de candidaturas terá lugar até 20 dias antes do dia marcado para a eleição.

3 — A apresentação de candidaturas será feita pela Direcção ou por comissões de sócios num mínimo de 20.

4 — A apresentação de candidaturas consiste na entrega ou envio das listas de candidatura ao Presidente da Assembleia Geral com a designação dos membros a eleger, acompanhados de declaração da qualidade dos candidatos, por parte destes e duma carta dirigida ao Presidente da Assembleia Geral assinada pelos proponentes.

ARTIGO 12.º

1 — As listas conterão todos os candidatos aos diversos lugares com a designação expressa dos cargos e deverão ser apresentadas em separado para a mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal sem o que não serão recebidas.

2 — As listas serão identificadas por letras, segundo a ordem da sua apresentação.

3 — As listas estarão patentes na sede da Associação desde a data da sua recepção até ao dia da eleição.

4 — As listas de voto, editadas pela Direcção, terão a forma rectangular com as dimensões de 15 cm X 10 cm, serão em papel branco, liso, não transparente, sem marcas ou sinal exterior e conterão, impressas ou dactilografados, os nomes dos candidatos e seus representantes.

ARTIGO 13.º

1 — Não é permitido o voto por procuração.

2 — A mesa da Assembleia Geral funcionará como mesa de voto na sede da Associação, nela tendo assento representantes de cada uma das listas apresentadas a sufrágio.

3 — A Assembleia Eleitoral terá a duração previamente fixada e referida na convocatória.

ARTIGO 14.º

1 — A votação é secreta.

2 — Terminada a votação proceder-se-á ao apuramento final, considerando-se eleitos os candidatos das listas mais votadas.

3 — Os eleitos tomam posse no prazo de 8 dias.

SECÇÃO II

Do exercício dos cargos

ARTIGO 15.º

1— Constitui infracção disciplinar o não exercício do cargo para que haja sido eleito, excepto se for atendido o pedido de escusa dirigida ao presente da Mesa da Assembleia Geral, com fundamento em motivo de saúde ou outro atendível.

2— Sobre o pedido de escusa o Presidente da Mesa da Assembleia Geral decidirá no prazo de 10 dias, cabendo recurso para a Assembleia Geral.

ARTIGO 16.º

São causas da perda do mandato, a perda da qualidade de sócio.

ARTIGO 17.º

Nenhum membro pode ser eleito para mais do que um órgão da Associação.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS, SUA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 18.º

Órgãos associativos

1— São Órgãos da Associação:

- a) A Assembleia Geral.
- b) A Direcção.
- c) O Conselho Fiscal.
- d) O Conselho de Delegados.

2— A duração dos mandatos é de 2 anos, não sendo permitida a reeleição para o mesmo órgão por mais de dois mandatos consecutivos.

3— Os órgãos associativos no todo ou em parte, podem ser destituídos em qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, expressamente convocada para o efeito e que regulará os termos da gestão da Associação até à realização de novas eleições.

SECÇÃO II

Assembleia Geral

ARTIGO 19.º

Composição

1— A Assembleia Geral é constituída pelos sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

2— A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e dois secretários.

3— Nas suas faltas ou impedimentos, o presidente será substituído pelo vice-presidente.

ARTIGO 20.º

Competência

Compete à Assembleia Geral:

a) Eleger e destituir a respectiva Mesa, a Direcção e o Conselho Fiscal.

b) Aprovar e votar quaisquer alterações dos Estatutos e regulamentos internos da Associação.

c) Definir as linhas gerais da actuação da Direcção.

d) Discutir e votar anualmente o relatório da Direcção, as contas de gerência e o parecer do conselho fiscal.

e) Deliberar, sob proposta da Direcção, sobre o montante das Jóias e quotas.

f) Deliberar sobre o recurso de admissão ou rejeição de sócios.

g) Deliberar sobre recurso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas c), d) e e) do número 1 do art.º 8.º.

h) Deliberar sobre a criação de delegações.

i) Deliberar sobre a integração da Associação em Confederações ou Associações Nacionais ou Estrangeiras com fins idênticos aos da Associação.

j) Deliberar sobre a destituição ou admissão dos corpos gerentes, elegendo uma comissão directiva provisória, que assumirá a gestão da Associação e procederá a eleições, no prazo máximo de 180 dias, a contar da data da Assembleia Geral que motivou a sua destituição ou da data do pedido de demissão.

l) Deliberar sobre a dissolução da Associação e forma de liquidação do seu património.

m) Apreciar e deliberar sobre quaisquer outros assuntos para que tenha sido expressamente convocada.

ARTIGO 21.º

Atribuições do Presidente

Compete, em especial, ao Presidente:

- a) Convocar a Assembleia Geral nos termos Estatutários, dirigir os seus trabalhos e manter a ordem nas sessões.
- b) Verificar a situação de regularidade dos candidatos aos cargos dos órgãos associativos.
- c) Dar posse aos órgãos associativos.
- d) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral.

ARTIGO 22.º

Atribuições dos Secretários

Compete, em especial, aos Secretários:

- a) Elaborar o expediente referente à reunião da Assembleia Geral.
- b) Redigir as actas.
- c) Informar os sócios das deliberações da Assembleia.
- d) Coadjuvar o Presidente da Mesa em tudo o que for necessário para o bom andamento dos trabalhos da Assembleia.

ARTIGO 23.º

Convocatória e Agenda

A convocatória para qualquer reunião da Assembleia Geral deverá ser feita pelo Presidente da mesa ou por quem o substitua e por meio de comunicação postal, com a antecedência mínima de oito dias, ou de cinco em caso urgente, salvo o disposto no n.º 2 do art.º 39.º.

ARTIGO 24.º

Funcionamento

1 — A Assembleia-Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, em sessão ordinária:

- a) No mês de Janeiro, uma vez de dois em dois anos, para a eleição da Mesa, da Direcção e do Conselho Fiscal;
- b) No mês de Março de cada ano, para efeitos da alínea d) do artigo 20.º

2 — Extraordinariamente a Assembleia-Geral só poderá ser convocada por iniciativa da Mesa, a pedido da maioria da Direcção ou do Conselho Fiscal, a requerimento de, pelo menos, um décimo dos associados ou ainda para efeitos do disposto na alínea g) do artigo 21.º, a pedido dos interessados.

3 — Os pedidos de convocação da Assembleia Geral deverão ser dirigidos e fundamentados, por escrito, ao Presidente da Mesa, deles constando necessariamente uma proposta da ordem de trabalhos.

4 — A Assembleia-Geral só poderá funcionar à hora marcada com a presença da maioria dos seus membros e meia hora depois com qualquer número. Tratando-se de reunião extraordinária requerida por associados, deverá estar presente a maioria dos requerentes, sem o que não poderá funcionar.

5 — Os associados impedidos de comparecer a qualquer reunião da Assembleia-Geral poderão delegar noutro sócio a sua representação por carta dirigida ao Presidente da Mesa, mas nenhum associado poderá aceitar mais que três mandatos.

6 — As deliberações da Assembleia-Geral, salvo o disposto nos artigos 39.º e 40.º serão tomadas por maioria de votos cabendo ao Presidente da Mesa voto de desempate, e constarão do respectivo livro de actas, assinadas pelos componentes da Mesa.

7 — Nas reuniões da Assembleia-Geral não poderão ser tomadas deliberações estranhas à respectiva agenda de trabalhos, salvo se 2/3 dos sócios estiverem presentes e aprovarem qualquer proposta de aditamento.

SECÇÃO III

Direcção

ARTIGO 25.º

Composição

1 — A Direcção da Associação é composta por sete membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro, um Secretário e três Vogais, eleitos pela Assembleia-Geral.

2 — São também eleitos dois substitutos que serão chamados à efectividade no caso de vagar algum dos lugares de que se compõe a Direcção, segundo a ordem por que foram indicados nas listas de voto.

3 — Se, por qualquer motivo, a Direcção for destituída ou se demitir, será a gestão da Associação, até à realização de novas eleições, regulada por deliberação da Assembleia-Geral, nos termos previstos na alínea f) do artigo 20.º destes Estatutos.

ARTIGO 26.º

Competência

Compete à Direcção:

- a) Gerir a Associação, com as limitações decorrentes da aplicação dos presentes estatutos e administrar os seus fundos.
- b) Aprovar ou rejeitar a admissão de associados.
- c) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e estatutárias e as deliberações da Assembleia Geral.
- d) Organizar os serviços da Associação e admitir o pessoal.
- e) Elaborar propostas de regulamentos internos e submetê-las à aprovação da Assembleia Geral.
- f) Elaborar e apresentar, anualmente, à Assembleia-Geral, o Relatório e contas de Gerência.
- g) Elaborar o orçamento a ser votado pelo Conselho Fiscal.
- h) Aplicar as sanções previstas nestes Estatutos.
- i) Negociar, concluir e assinar convenções colectivas de trabalho, dentro dos poderes que lhe forem conferidos em reunião conjunta da Mesa da Assembleia-Geral, Conselho Fiscal e do Conselho de Delegados.
- j) Propor à Assembleia-Geral, ouvidos os membros do Conselho Fiscal, e do Conselho de Delegados, alterações à tabela de jóns e quotas a pagar pelos associados.
- l) Fixar as taxas de utilização dos serviços da Associação depois de ouvidos os membros do Conselho Fiscal.
- m) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pelos presentes Estatutos e regulamentos e praticar todos os actos necessários à realização dos fins da Associação.

ARTIGO 27.º

Atribuições do Presidente da Direcção

1—São, em especial, atribuições do Presidente da Direcção:

- a) Representar a Associação em juízo e fora dela.
- b) Convocar e presidir às reuniões da Direcção.
- c) Promover a coordenação geral dos serviços da Associação.
- d) Exercer todas as outras funções que lhes sejam atribuídas pelos Estatutos e regulamentos.

2—Ao Vice-Presidente compete cooperar com o Presidente e substituir este nas suas ausências ou impedimentos exercendo as funções por ele delegadas.

ARTIGO 28.º

Reuniões e Deliberações

1—A Direcção da Associação reunirá sempre que julgue necessário, a convocação do seu Presidente ou da maioria dos seus membros, mas obrigatoriamente uma vez de 15 em 15 dias.

2—As deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente voto de qualidade e constarão do respectivo livro de actas.

3—Os membros da Direcção são solidariamente responsáveis pelas deliberações tomadas contrariamente às disposições legais, aos Estatutos e aos regulamentos.

4—São isentos de responsabilidade os membros da Direcção que tenham emitido voto contrário à deliberação tomada ou que, não tendo estado presentes à reunião respectiva, lavrem o seu protesto na primeira reunião a que assistirem.

ARTIGO 29.º

Vinculação

1—Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da Direcção, sendo uma delas a do Presidente ou do Tesoureiro.

2—Os actos de mero expediente serão assinados pelo Presidente da Direcção ou em seu nome, por qualquer outro Director ou, ainda, por funcionário qualificado a quem sejam atribuídas poderes para tanto.

SECÇÃO IV

Conselho Fiscal

ARTIGO 30.º

Composição

O Conselho Fiscal é composto por três membros, sendo um Presidente e dois vogais.

ARTIGO 31.º

Competência

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Discutir e votar o orçamento ordinário e suplementares.
- b) Examinar os livros de escrita, fiscalizar os actos da administração financeira.
- c) Dar parecer sobre o relatório anual da Direcção e contas do exercício.

d) Dar parecer sobre a fixação da tabela de jóias e quotas, bem como de quaisquer taxas de utilização de serviços.

e) Velar, em geral, pela legalidade dos outros órgãos sociais e a sua conformidade aos presentes Estatutos.

f) Fiscalizar os actos dos órgãos sociais, podendo para tanto comparecer nas suas reuniões e examinar todos os documentos da Associação.

g) Prestar parecer sobre a aquisição e alienação de bens imóveis, a transferência da sede, os regulamentos internos, a participação noutras Associações e a liquidação da Associação.

h) Exercer todas as outras funções consignadas na lei, nos estatutos e nos regulamentos.

ARTIGO 32.º

Atribuições do Presidente do Conselho Fiscal

Compete especialmente ao Presidente do Conselho Fiscal:

a) Convocar e presidir às reuniões do Conselho Fiscal.

b) Rubricar e assinar o livro de actas do Conselho Fiscal.

c) Exercer todas as outras funções que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos.

ARTIGO 33.º

Reuniões

1 — O Conselho Fiscal reúne ordinariamente, uma vez em cada trimestre e, extraordinariamente, a convocação do seu Presidente ou da maioria dos seus membros ou, ainda, a pedido da Direcção da Associação.

2 — As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade e constarão do respectivo livro de actas.

3 — O Conselho Fiscal poderá assistir às reuniões da Direcção da Associação e vice-versa, tomando parte na discussão dos assuntos tratados, mas sem voto.

ARTIGO 34.º

Composição

1 — O Conselho de Delegados é formado:

a) Por três elementos de cada um dos bairros fiscais do Concelho de Lisboa.

b) Por três elementos de cada um dos restantes Concelhos abrangidos pela área da Associação.

2 — Os delegados são designados pela Direcção no prazo de 30 dias após a sua posse, escolhidos entre os sócios pertencentes a cada bairro fiscal e a cada concelho mediante consulta aos mesmos e prévia aceitação do sócio indigitado.

3 — O Presidente da Assembleia-Geral será o Presidente do Conselho de Delegados e terá voto de qualidade.

4 — O Conselho elegerá um primeiro secretário e um segundo secretário.

ARTIGO 35.º

Competência

1 — Compete ao Conselho de Delegados:

a) Emitir parecerem sobre os assuntos que a Direcção da Associação submeta à sua consulta e prestar-lhe as informações que lhe forem solicitadas.

b) Submeter à consideração da Direcção da Associação os assuntos e iniciativas julgadas convenientes à actividade do comércio de carnes nas localidades que representam, ou de interesse à vida interna e externa da Associação.

c) Coordenar e harmonizar os interesses comuns dos respectivos membros.

2 — As deliberações do Conselho de Delegados que exorbitem a sua competência regulamentar carecem, para serem válidos, da homologação da Direcção da Associação.

ARTIGO 36.º

Reuniões

1 — O Conselho de Delegados reúne, ordinariamente em cada trimestre e extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu Presidente, a pedido da Direcção ou a requerimento da maioria dos seus elementos.

2 — A Direcção da Associação ou qualquer dos seus elementos poderá assistir às reuniões do Conselho de Delegados e tomar parte na discussão dos assuntos tratados, mas sem voto.

3 — Antes de realizar qualquer acto externo, o Conselho de Delegados deve obter o prévio acordo e delegação de poderes da Direcção da Associação.

CAPÍTULO V

REGIME DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTO E CONTAS

ARTIGO 37.º

Regime Financeiro

1 — Constituem receitas da Associação:

- a) — O produto das jóias e quotas, cartões dos associados e exemplares dos estatutos.
- b) Os juros e outros rendimentos dos bens que possuir.
- c) O produto das multas aplicadas aos associados.
- d) Outras receitas eventuais regulamentares.

2 — As firmas que possuam mais do que um estabelecimento pagarão uma quota por cada um deles.

3 — Constituem despesas da Associação:

- a) As que provierem da execução dos Estatutos.
- b) Quaisquer outras não previstas, mas devidamente orçamentadas e autorizadas pela Direcção.

ARTIGO 38.º

Orçamento Relatório e Contas

1 — Em Novembro de cada ano será elaborado pela Direcção um orçamento ordinário, a ser aprovado pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Delegados, podendo ser votados por estes dois órgãos associativos, sob proposta da Direcção, os orçamentos suplementares julgados necessários.

2 — As contas e respectivo relatório serão submetidos, pela Direcção, à apreciação da Assembleia-Geral até 31 de Março de cada ano.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 39.º

Alteração dos Estatutos

1 — Os presentes estatutos poderão ser alterados por deliberação da maioria de 3/4 dos votos correspondentes aos associados presentes na reunião da Assembleia-Geral expressamente convocada para o efeito.

2 — A convocação da Assembleia, para o efeito do disposto no corpo deste artigo, deverá ser feita com a antecedência de, pelo menos, 21 dias e será acompanhada do texto das alterações propostas.

ARTIGO 40.º

Dissolução

1 — A Associação só poderá ser dissolvida por deliberação que envolva o voto favorável de 3/4 do número de todos os associados e mediante convocação nos termos do n.º 2 do artigo anterior.

2 — A Assembleia-Geral que votar a dissolução designará os liquidatários e indicará o destino do património disponível.

ARTIGO 41.º

Interpretação e Integração de Lacunas

Os casos omissos e as dúvidas provenientes da interpretação e execução destes Estatutos, serão resolvidos em reunião conjunta da mesa da Assembleia-Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal, mediante parecer da secção de contencioso da Associação.

ARTIGO 42.º

Remunerações dos Cargos Sociais

É gratuito o exercício dos cargos sociais, mas os seus membros poderão ser reembolsados de todas as despesas que por via deles efectuarem, por força das verbas devidamente orçamentadas para esse fim, e depois de aprovadas em reunião de Direcção.